

# AMERICANISMO E CORPORATIVISMO EM GRAMSCI\*

Donatella Di Benedetto

**Existe um espaço entre modernidade e racionalização, além dos horizontes do americanismo e do corporativismo? Crítica da “revolução passiva” como base para uma estratégia política alternativa na luta pela hegemonia.**

Uma formação social não perece antes que sejam desenvolvidas todas as forças produtivas às quais possa dar curso; novas e superiores relações de produção não surgirão, antes que sejam desenvolvidas no seio da velha sociedade as condições materiais de sua existência.

Karl Marx

Prefácio a *Para a crítica da economia política*.

O interesse gramsciano pelo americanismo encontra referência nos *Quaderni* desde o plano de trabalho inicial presente no *Quaderno 1*,<sup>1</sup> elaborado em 8 de fevereiro de 1929. Essa orientação é claramente confirmada pela carta de 25 de março de 1929, endereçada a Tatiana Schucht, cunhada de Gramsci:

Decidi-me ocupar prioritariamente e escrever sobre estes temas: 1ª) a história italiana do século XIX, com especial atenção à formação e desenvolvimento dos grupos intelectuais; 2ª) a teoria da história e da historiografia; 3ª) o americanismo e o fordismo.<sup>2</sup>

A importância do tema parece surgir com uma certa clareza nos dois programas de pesquisa, elaborados respectivamente em fevereiro de 1929 e em fins de 1930. Um rápido confronto entre o plano de trabalho inicial do *Quaderno 1* e o “pró-memória” formulado no início do *Quaderno 8*,

evidência não só um modo<sup>3</sup> de reproposição temática do americanismo,<sup>4</sup> mas a sua determinação complementar quanto à reflexão sobre os intelectuais italianos, que se apresenta sempre mais como um ponto de referência dialético-dialógico essencial, na tentativa de colher nexos, analogias e diferenças entre a realidade nacional e aquela de âmbito internacional, nos seus aspectos mais avançados. Enquanto isso, a própria “noção de intelectual” é progressivamente submetida a uma notável extensão.<sup>5</sup>

Na realidade, a reflexão gramsciana sobre o americanismo parece determinada por estímulos diversos, provenientes talvez de influências contrapostas. Uma indicação do interesse por esse tema pode ser vista no debate político que se desenvolve no cárcere de Turi, no decorrer dos anos trinta. Recuperando a narrativa de Athos Lisa em suas *Memorie*,<sup>6</sup> a reflexão gramsciana sobre o assunto teria sido inequivocamente estimulada pelas surpreendentes interpretações do ex-deputado comunista Ezio Riboldi que, “após ler alguns livros de Ford chegara à conclusão de que fordismo equivalia a socialismo”. Nada mais distante da interpretação gramsciana dos processos de racionalização americanos, os quais o autor examina com extremo interesse desde os anos do *Ordine Nuovo*, apostando tudo desde então “sobre a distinção e a possível ‘cisão’ entre o elemento que permanece objetivamente racional no interior dos novos sistemas de fábrica e a sua aplicação irracional, ligada aos interesses da classe dominante”.<sup>7</sup>

Desse ponto de vista, a reflexão carcerária sobre o tema se coloca, com relação aos anos do *biennio rosso* (1919-1920), nos termos de uma firme continuidade de inspiração<sup>8</sup> que encontra aprofundamento e um posterior refinamento conceitual partindo de uma situação objetiva modificada, além de uma perspectiva subjetiva diferente do autor dos

\* Ensaio apresentado na II Conferência Internacional de Estudos Gramscianos, organizada pela Universidade Autónoma de Puebla, México, em 7-11 de fevereiro de 2000. Traduzido de *Crítica Marxista*, nº 3-4, maio-agosto, 2000, pp. 88-97. Tradução de Edilene Cruz e Geraldo Magella Neris.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.16.v0n35.2217>

*Quaderni*. Por volta de 1929-1930, em uma situação de refluxo do movimento revolucionário em escala mundial após o Outubro bolchevique, a reflexão sobre o americanismo, considerado o terreno mais avançado da resposta capitalista à crise, assume um significado duplo: ele representa “um quadro ideal na pesquisa das premissas materiais da transformação revolucionária”;<sup>9</sup> ao mesmo tempo, constitui uma tribuna significativa da luta ideológica e cultural em curso,<sup>10</sup> que toca em profundidade a temática do Estado burguês, nos termos em que a afirmação e a consolidação do fascismo a tornavam particularmente urgente por analisar.<sup>11</sup>

### CORPORATIVISMO

Sobretudo após a crise de 29, toda uma corrente da ideologia fascista desenvolve, com base na crítica da economia liberal, a hipótese de uma racionalização-reorganização do aparelho produtivo, uma forma italiana de “americanismo” através de uma hipótese de “corporativismo”,<sup>12</sup> como resposta à crise orgânica do Estado, que se transforme em um tipo de articulação entre o governo das massas e o governo da produção.<sup>13</sup> Gramsci tem uma idéia muito mais clara das posições assumidas pelos corporativistas, e acompanha com grande interesse a áspera polêmica travada entre estes e os liberais, suscitada pela publicação do livro de Ugo Spirito, *Critica dell'economia liberale*, e pelo aparecimento de numerosos artigos na revista *Nuovi studi di diritto, economia e politica*, dirigida pelo próprio Spirito e por Arnaldo Volpicelli.<sup>14</sup> Na discussão entre as partes, escreve Gramsci:

[...] aquilo que é cômico é a pretensão de Spirito de que os economistas lhe construam uma ciência econômica segundo o seu ponto de vista. Mas, na polêmica de Spirito, nem tudo é de se jogar fora: existem algumas exigências reais, escondidas na confusão das palavras “especulativas”. O episódio, portanto, é para ser considerado como um momento da luta político-cultural.<sup>15</sup>

O que Gramsci destaca, decompondo dialeticamente a posição do adversário, sem refutá-lo de forma preconceituosa, é a presença de tendências opostas, também “progressivas”, no âmbito do bloco social dominante.<sup>16</sup> Escreve:

Na exposição, é necessário partir precisamente da concepção de Estado própria de Spirito e do idealismo gentiliano, que está bem distante de ser a

própria concepção do “Estado”, isto é, das classes dominantes e do pessoal político mais ativo, assim não é de forma alguma elemento de uma política cultural governamental.<sup>17</sup>

Nesse quadro, tem lugar uma contradição insanável: de um lado, o reconhecimento por parte da classe no poder, de fenômenos irreversíveis operantes na estrutura da sociedade civil, determinados pela impossibilidade de conter em uma dimensão privada a organização das forças produtivas – a guerra é o primeiro indício da mutação morfológica em curso.<sup>18</sup> De outro lado, a determinação das mesmas classes em dar uma resposta à altura da crise, prontas a “dar qualquer coisa para não perder tudo”.<sup>19</sup> Daí a vontade de introduzir, através da organização corporativa, elementos de socialização da estrutura econômica, que não fragmentem ao mesmo tempo, através da luta às formas de organização de massa, a dimensão social potencialmente implícita na existência do “complexo”.<sup>20</sup> Não vamos, todavia, subestimar os elementos de modernização presentes no experimento corporativo:

O que parece significativo – observa Gramsci – [...] é a [...] concepção da corporação como um bloco industrial-produtivo autônomo, destinado a resolver em sentido moderno e acentuadamente capitalista o problema de um ulterior desenvolvimento do aparelho econômico italiano, contra os elementos semifeudais e parasitários da sociedade que extraem uma grande parcela da mais-valia, contra os chamados “produtores de poupança”.<sup>21</sup>

Gramsci identifica bem a natureza *compromissada* da solução corporativa – o seu caráter de “polícia econômica” –<sup>22</sup> obrigada a mediar entre a exigência de modernização da economia, expressa pela hipótese da corporação “como bloco industrial-produtivo autônomo”, e as resistências e o peso dos componentes parasitários da sociedade, presentes na composição social e na estrutura econômica italiana.

Mas ao lado desse elemento, no interior de um mais amplo e complexo processo político de matiz reacionário, ele também identifica na política econômica fascista um componente dinâmico, representado contraditoriamente pelas tendências corporativas que pressupõem entrar em conflito com as características históricas do bloco social dominante, promovendo, através das intervenções

cada vez mais frequentes do Estado, a reorganização industrial e a modernização da economia. Como destacou Franco De Felice, a riqueza analítica da reflexão gramsciana reside em apreender “a dupla face do fenômeno corporativo” e em “identificar o estreito entrelaçamento entre as duas questões, que, contemporaneamente, por operar na realidade histórica concreta, reconhece fenômenos distintos. O primeiro é a relação corporativismo-capitalismo organizado, o segundo é a identificação da forma historicamente determinada (específica, nacional) dessa organização do capitalismo, sobre a qual incidem uma série de elementos, como a pouca homogeneidade da classe dirigente, a necessidade de uma recomposição compromissória”.<sup>23</sup> Escreve Gramsci:

A revolução passiva se verifica no fato de transformar a estrutura econômica “de maneira reformista”, de individualista em economia segundo um plano e o aparecimento de uma “economia média” entre a individualista pura e aquela segundo um plano em sentido integral, permitindo a passagem a formas políticas e culturais mais avançadas sem cataclismos radicais e destrutivos em sua forma final.<sup>24</sup>

O corporativismo pode ser, portanto, o caminho de passagem para uma “economia média”, que substitui o velho mecanismo auto-regulado através do mercado e da livre-concorrência por “elementos de plano”, isto é, com instrumentos de controle do ciclo e das contradições. Nesse quadro, as classes produtoras de poupança podem continuar a existir como tais e desempenhar o seu papel, porém, no interior de uma modificação substancial em sua relação com a acumulação e o processo produtivo que é agora mediado pelo Estado; o próprio processo da crise leva a massa de poupadores a desfazer-se das ações e encaminhar-se para os títulos de Estado. O Estado é assim investido de uma função essencial no sistema capitalista, torna-se uma empresa que concentra a poupança para colocá-la à disposição da atividade privada, isto é, torna-se “investidor a médio e longo prazo”:

Mas, uma vez assumida esta função, por necessidade econômica imprescindível, o Estado pode desinteressar-se da organização da produção e do comércio? O Estado é, assim, conduzido necessariamente a intervir para controlar se os investimentos feitos por seu intermédio são bem administrados.<sup>25</sup>

Através dessas referências, fica mais claro o papel determinante confiado à dimensão política e ao Estado nos processos de “revolução passiva”.

Por força desse seu primado, o político é forçado a reconverter-se em instrumento de controle autoritário sobre a produção no momento de difusão universal das forças produtivas. Escreve, ainda, Gramsci:

Haveria uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teriam sido acentuadas a socialização e a cooperação da produção, sem com isso tocar (ou somente limitando-se a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais dos países que monopolizam as matérias-primas e acumularam grandes capitais.<sup>26</sup>

A interpretação da crise em termos de “revolução passiva” *faz emergir*, principalmente, um elemento anticatastrofista que é um traço constante da análise gramsciana da crise contemporânea, em oposição à interpretação determinista e catastrofista do desenvolvimento do capitalismo, dominante, com exceção da reflexão leniniana, seja à direita ou à esquerda do movimento comunista internacional.<sup>27</sup>

Gramsci destaca um dado essencial da história do *Novocento*, ou seja, o fato de que a crise contemporânea não traz em si uma tendência de aceleração catastrófica do fim do sistema produtivo-político. Essa não é, em outros termos, uma crise determinada mecanicamente pela dimensão econômica. Esse elemento de anticatastrofismo ressalta o fato de que a crise pode, de algum modo, na ausência de outros elementos ativos de modo determinante, ser “administrada”. A “revolução passiva”, portanto, implica a capacidade das classes dominantes – diante da explosão das contradições sociais e políticas do sistema – de governar e integrar, destruindo as con-

O que Gramsci destaca, decompondo dialeticamente a posição do adversário, sem refutá-lo de forma preconceituosa, é a presença de tendências opostas, também “progressivas”, no âmbito do bloco social dominante.

tradições fundamentais e evitando que as mesmas se tornem protagonistas da crise como “massa”, como “conjunto”. Entretanto, adverte Gramsci:

[...] resta sempre uma via de saída: a tendência corporativa, surgida em função de uma situação assim delicada, da qual precisa manter o equilíbrio a todo custo para evitar uma grande catástrofe, poderia avançar por etapas lentíssimas, quase imperceptíveis, que modifiquem a estrutura social sem comoções repentinas: mesmo a criança, por melhor e *mais solidamente* enfaixada, apesar disto, se desenvolve e cresce.<sup>28</sup>

### UM OXÍMORO: “REVOLUÇÃO PASSIVA”

Sublinhando, assim, todas as formas de resistência intrínsecas ao processo de desenvolvimento da realidade, apreendidas na profundidade dos nexos e das contradições múltiplas que as constituem, Gramsci insiste no fato de que “uma tentativa progressista foi iniciada”,<sup>29</sup> e é exatamente em decorrência disso que surgem formas de resistência, “de uma ou outra força social: as forças subalternas, “que deveriam ser ‘manipuladas’ e racionalizadas segundo os novos objetivos, resistem inevitavelmente. Mas também resistem alguns setores das forças dominantes, ou pelo menos aliados das forças dominantes”.<sup>30</sup> O deslocamento da análise para o campo das resistências – sejam puramente “marginais”, não decisivamente “progressivas”, mas que tendem em todos os campos a romper cristalizações asfíxiantes – evidencia a amplitude da perspectiva da investigação gramsciana aberta à averiguação pontual e filológica das situações concretas e a uma pesquisa mais geral, com dimensões de longo prazo, estendendo-se, em termos gramscianos no espaço e no tempo da “dupla perspectiva”.<sup>31</sup> No quadro das resistências se movem os fenômenos contemporâneos do corporativismo fascista e do americanismo, assimiláveis no âmbito da categoria gramsciana de “revolução passiva”, como expressão da retomada da hegemonia burguesa sobre a classe operária em uma sociedade capitalista consolidada. Entretanto, a categoria de “revolução passiva” é subordinada, no “ritmo do pensamento em desenvolvimento” das notas, a uma notável tensão interpretativa: se na nota do *Quaderno 8*,<sup>32</sup> Gramsci interpreta como “revolução passiva” a transformação reformista da

estrutura econômica; em seguida, no âmbito do *Quaderno 10*,<sup>33</sup> a “revolução passiva” é apresentada por Gramsci como a hipótese ideológica vinculada ao programa político liberal-conservador de Croce; finalmente, no *Quaderno 15*, Gramsci faz dessa o preceito de interpretação histórico-política “de qualquer época complexa de transformações históricas”, chamando a atenção para o período de “derrotismo histórico” e de “indiferença” aos quais a “revolução passiva” como programa adotado pelas classes dominantes induz nos que estão sob a sua influência. A reivindicação do caráter dialético dessa concepção vai bem além: essa “pressupõe, senão postula como necessária, uma antítese vigorosa e que reconheça todas as suas possibilidades de explicação intransigentemente”.<sup>34</sup>

Na base dessa visão reside uma convicção, favorecida “pelo modo com que se tem utilizado o marxismo na análise e na previsão política” – dada a idéia de que a sociedade burguesa, homogeneizada pelo modo de produção capitalista – “seja na realidade um todo, um sistema de correspondência, conectado em toda a sua extensão sob a base da ‘técnica’ da tradução recíproca das linguagens”.<sup>35</sup>

Nesse sistema complexo de interdependências, o fenômeno americano é visto como o espaço fundante das inovações produtivas, o horizonte de referência ao qual a Itália e a Europa devem se voltar para elaborar uma subjetividade que discipline o industrialismo e seja capaz de superá-lo.<sup>36</sup> O problema fundamental, como Gramsci ressalta, não é se na América está surgindo uma nova cultura que depois se difundirá pela Europa, mas, ao invés, se:

[...] a América, com o peso implacável de sua produção econômica (isto é, indiretamente), forçará a Europa, ou está forçando, a uma transformação profunda de sua ordem econômico-social muito antiquada, o que, de qualquer modo, teria se verificado, embora lentamente, mas que de imediato se apresenta como consequência de um contragolpe da “prepotência” americana. Ou seja, se está verificando-se uma transformação das bases materiais da civilização européia.<sup>37</sup>

O americanismo e o fordismo, nascidos da exigência de se “alcançar a organização de uma economia programática”,<sup>38</sup> e, assim, da “necessidade” de introduzir sistemas de controle no interior do processo produtivo – tais são as inovações “técnicas” estudadas e obtidas no momento pelo taylorismo-

fordismo e que apontam para uma fragmentação do trabalho e da subjetividade operária, como sublinha Gramsci -,<sup>39</sup> podem ser a mola propulsora de uma transformação, o impulso para “um processo, uma transformação molecular das formas de vida que revestem tanto a estrutura social, quanto os mundos privados”.<sup>40</sup>

Posta, de fato, a questão “se o tipo de indústria e de organização do trabalho e de produção típica de Ford é ‘racional’, pode e deve, portanto, se generalizar; ou se, ao contrário, trata-se de um fenômeno doentio a ser combatido através dos sindicatos e da legislação”, a resposta de Gramsci é:

[...] parece ser possível responder que o método de Ford é “racional”, isto é, deve se generalizar; mas para que isso ocorra será necessário um processo longo, no qual se verifiquem mudanças nas condições sociais e nos costumes e hábitos individuais. Entretanto, as mudanças não podem se dar somente através da “coerção”, mas somente através do equilíbrio de coerção (autodisciplina) e de persuasão, também sob a forma de altos salários, isto é, da possibilidade de melhorar o nível de vida; ou talvez, mais exatamente, da possibilidade de alcançar o nível de vida adequado aos novos modos de produção e trabalho.<sup>41</sup>

Mas a “racionalidade” do modelo americano, a sua universalidade tendencial, não se limita a esse aspecto; atuando como uma “tentativa de racionalizar as relações sociais, de transformar os homens, partindo de uma transformação da esfera da produção até à sociedade, implicando não só transformações no interior da fábrica fordizada, mas uma mutação antropológica dos sujeitos históricos, ocorrida em sua constituição ético-política e não somente em sua natureza econômico-corporativa”.<sup>42</sup> Uma transformação tal que afeta em suas conseqüências e seus reflexos o papel do Estado. O elemento enfatizado por Gramsci é, antes de tudo, “a importância objetiva do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo verificado até agora para criar com rapidez inaudita, e com uma consciência do fim jamais visto na história, um tipo novo de trabalhador e de homem”.<sup>43</sup> Com o termo “objetivo”, ele tende a sublinhar o valor essencialmente político, ou seja, “universal na esfera da política, na arte de conservar e aumentar a potência do Estado”.<sup>44</sup>

Por força dessa validade “objetiva”, o americanismo é universal e generalizável.

O industrialismo pode ser, assim, o elemento diretivo no processo de construção de uma nova *racionalidade de massa*,<sup>45</sup> pode representar um elemento de mutação horizontal do nível geral da base da civilização, pode ser a base de um “novo conformismo”<sup>46</sup> social, a superação do “velho conformismo”, o qual se baseava essencialmente sobre o “homem representativo”. E existia, a saber, sob a forma da “direção carismática” que ligava, ao mesmo tempo, “uma multidão de pessoas dominadas por interesses imediatos ou tomadas pela paixão suscitada pelas impressões do momento”, “unificadas” na pior decisão coletiva, que corresponde aos mais baixos instintos bestiais”.<sup>47</sup> O “novo conformismo” se forma, ao contrário, “de baixo para cima”, “a padronização do modo de pensar e de agir assume extensões nacionais ou até mesmo continentais. A base econômica do homem coletivo: grandes fábricas, taylorização, racionalização, etc.”<sup>48</sup>

Aqui se evidencia a peculiaridade da linha gramsciana de pesquisa, no que se refere à denominada “filosofia da crise” sobre o tema do industrialismo, em relação à linha tomada pelo marxismo teórico da Segunda Internacional. Existe em Gramsci a refutação sincera de qualquer reação romântica aos processos de fragmentação do sujeito que caracterizam as sociedades industriais, lamentadas por grande parte da intelectualidade europeia do *Novecento*. É a complexidade crescente da vida associada que impõe aos homens o afastamento progressivo dos supostos instintos naturais, para adquirir hábitos de vida sempre mais racionais, ou seja, sempre mais regulados.<sup>49</sup> Mas o que é particularmente sublinhado é que o “novo conformismo” é visto por Gramsci sob a ótica de uma “luta por hegemonia”. “Sobre o ‘conformismo social’ a questão não é nova [...] O conformismo sempre existiu: hoje se trata da luta entre ‘dois conformismos’, isto é, de uma luta de hegemonia, de uma crise da sociedade civil.”<sup>50</sup>

A “revolução passiva”, portanto, implica a capacidade das classes dominantes – diante da explosão das contradições sociais e políticas do sistema – de governar e integrar, destruindo as contradições fundamentais e evitando que as mesmas se tornem protagonistas da crise como “massa”, como “conjunto”.

Tal crise surge de estímulos profundos de ordem histórica, de caráter, em última análise, “progressivo”: essa é dominada e determinada pelo emergir de uma subjetividade mais ampla, que rompe os limites da velha hegemonia restrita.<sup>51</sup> “Qual é – pergunta-se Gramsci – o ponto de referência para o novo mundo em gestação?”. A resposta é, inequivocamente: “O mundo da produção, o trabalho”.<sup>52</sup>

O que Gramsci apreende, portanto, é que o ponto de referência da nova ordem reside no interior do mundo da produção e do trabalho: é a subjetividade que produz o elemento de mediação entre o indivíduo e a massa, e que tende a criar a partir do trabalho, a dimensão do “homem coletivo”. Mas tal subjetividade não pode, de forma alguma, ser considerada como uma consequência do desenvolvimento capitalista. “O desenvolvimento antinômico da grande indústria fornece as premissas da recomposição do sujeito operário [...], mas o *reconhecimento* de tais premissas constitui uma passagem ineludível para a construção do antagonismo. Exige-se para esse fim uma verdadeira e autêntica mutação da identidade.”<sup>53</sup> Sob este ponto de vista, o americanismo pode representar o ponto de transição, de mudança epocal da civilização moderna para a civilização contemporânea?

#### “SITUAÇÃO AMERICANA” E “SITUAÇÃO EUROPÉIA”

Na análise da relação América-Europa no plano da racionalização, Gramsci destaca o fato de que em relação ao velho continente, a América apresenta um ambiente “naturalmente” racionalizado, “uma composição demográfica racional”.<sup>54</sup> O aspecto da simplificação social não está ligado simplesmente à ausência de classes sociais improdutivas, mas ao fato de que todas as funções sociais estão subordinadas à produção. A partir desta base econômico-estrutural, um fenômeno de racionalização global repercute nas superestruturas, reduzindo – em grande parte – as funções de organização e de aglutinação social. A função dirigente, a hegemonia das classes dominantes, não tem necessidade senão de um restrito número de funcionários das superestruturas, no momento em que as funções de consenso expressas pelas classes subalternas se exercem diretamente a partir da fábrica. Enquanto predomina uma estratificação social muito complexa, como no caso europeu, as bases sociais do industrialismo são muito

mais delimitadas e a sua existência deve ser mediada por complexos aparelhos hegemônicos do Estado-nação. Disso resulta uma questão complexa: ele responde realmente às necessidades de uniformização estabelecidas pelo industrialismo, na medida em que, superando a lógica restrita da “casta”, transforma-se em elemento de unificação ético-cultural de todo o “gênero humano”. Desse ponto de vista, o americanismo representa um nível de desenvolvimento decisivamente avançado, que postulando “a vitória do contrato e a declinação minoritária das relações sociais fundadas sob o *status*”,<sup>55</sup> estabelece as premissas para alcançar com meios próprios, como “sociedade civil”, o regime de concentração industrial.<sup>56</sup> Dessa perspectiva, pode-se afirmar que ele representa o mais gigantesco “esforço de racionalização e conformação social efetuado sem a mediação estatal-nacional e, portanto, não somente em grau de afirmar-se com uma expansão e profundidade inaudita, mas de representar a base real, o terreno de confronto mais avançado para a superação da forma de domínio estatal”.<sup>57</sup>

Mas há uma outra passagem importante que parece colocar sobre novas bases a relação delimitada entre América-Europa:

Na América – escreve Gramsci – a racionalização determinou a necessidade de criar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo: até agora esta elaboração encontra-se na fase inicial e, por isso, idílica (aparentemente). Ainda é a fase de adaptação psicofísica à nova estrutura industrial, proporcionada através dos altos salários; não se verificou ainda (antes da crise de 1929), senão talvez esporadicamente, nenhum desenvolvimento “superestrutural”, ou seja, ainda não se colocou a questão fundamental da hegemonia.<sup>58</sup>

Na América está sendo construído um novo tipo de homem a partir da fábrica racionalizada, que não tem mais o vínculo com os ofícios e se forma sob um novo nexos psicofísico, um tipo de homem cujas faculdades são determinadas em um processo de caráter coletivo. Mas o que Gramsci destaca é o fato de que também no caso americano não se apresenta uma superação efetiva das relações de força precedentes: aquilo que se verifica na América é muito mais uma tentativa de “reforma”, de “revolução passiva”. No plano da subjetividade e da consciência, a presença do “trabalhador coletivo”

se apresenta como um mero resultado passivo do processo de desenvolvimento capitalista, do momento em que as massas americanas racionalizadas – aquelas que fatalmente encarnam o novo tipo de homem, da perspectiva das formas organizativas da consciência estão em uma fase “econômico-corporativa” – “não se verificou ainda nenhum ‘florescimento superestrutural’, ou seja, ainda não está posta a questão fundamental da hegemonia”.<sup>59</sup> Portanto, os níveis de generalização da política, de sua inserção entre as massas, conhecidas na Europa através da revolução burguesa, não assumem ainda a forma de difusão institucional dos aparatos hegemônicos no conjunto da sociedade civil. Dizendo mais claramente: “A América [...] não criou ainda uma concepção de mundo e um grupo de grandes intelectuais que dirijam o povo na esfera da sociedade civil: neste sentido, é verdade que a América está sob o influxo europeu, da história européia.”<sup>60</sup>

O que Gramsci tende a evidenciar na relação América-Europa não é, portanto, a simples projeção linear da primeira em relação a segunda. O final do parágrafo sublinha o ponto comum, nas formas peculiares à história dos dois países, de uma mesma situação de fundo, de tipo econômico-corporativista, que em formas diversas envolvem a dimensão da política. O limite do desenvolvimento, tanto na América como na Europa, é representado pela modalidade de construção das formas da subjetividade. O que Gramsci apreende com extrema lucidez é um fenômeno que, longe de encontrar uma conclusão em nossos dias, atravessou todo o século e esteve na origem da Primeira Guerra Mundial: a crise e a deterioração do Estado-nação,<sup>61</sup> sua incapacidade de fornecer uma resposta para a recomposição da política no interior da vida estatal, de dar forma ético-política às paixões.<sup>62</sup> A questão é, pois, aquela dos intelectuais, das modificações súbitas da natureza intrínseca das atividades intelectuais em sua relação de constituição com a política e com o complexo social.<sup>63</sup> Relação que Gramsci exemplifica, de um lado, na crítica de Croce enquanto intelectual “tradicional”<sup>64</sup> e, de outro, relembando a experiência turinense dos Conselhos de Fábrica e a investigação encaminhada por *L'Ordine Nuovo* no quadro de uma “nova intelectualidade”,<sup>65</sup> colocando-lhes na perspectiva dos *Quaderni*, como o ponto mais alto na luta pela

hegemonia e como crítica ao americanismo.<sup>66</sup> Já que nas condições do industrialismo moderno a “vontade coletiva” se forma de “baixo para cima”, “em função da posição ocupada pela coletividade no mundo da produção”,<sup>67</sup> o trabalhador coletivo pode se conscientizar da historicidade do mundo em que vive e da própria subjetividade integral como forma de “autoconsciência”,<sup>68</sup> através da constituição de seus próprios intelectuais, ativamente inseridos na vida prática como construtores, organizadores e persuasores permanentes.<sup>69</sup> Assim entendida, a política pode recuperar sua vocação/profissão, o seu significado radical: os laços com a vida, com as formas que produzem a história. Disso surge uma questão fundamental: a elaboração “original”<sup>70</sup> de uma “filosofia da práxis” como horizonte e programa de uma visão hegemônica de amplo alcance, capaz de ir além dos limites estreitos do Estado/governo, resultado da revolução passiva contemporânea.

Nas condições do mundo moderno, no qual a luta pela hegemonia é feita à base da capacidade de “dirigir organicamente toda a massa economicamente ativa” – e “dirigi-la não segundo velhos esquemas, mas inovando” –, a atividade teórica mostra-se fundamental:

Não pode haver formação de dirigentes onde falta a atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada. Disso resulta a escassez de homens de Estado, de governo, a miséria da vida parlamentar, facilidade de desagregar os partidos, corrompendo e absorvendo os poucos homens indispensáveis. Disso resulta a miséria da vida cultural e a estreiteza mesquinha da alta cultura: ao invés da história política, a erudição vazia; ao invés da religião, a superstição; ao invés dos livros e das grandes revistas, o jornal e o panfleto. O dia-a-dia, com seus facciosismos e suas divergências personalistas, em lugar da política séria.<sup>71</sup>

O que Gramsci apreende, portanto, é que o ponto de referência da nova ordem reside no interior do mundo da produção e do trabalho: é a subjetividade que produz o elemento de mediação entre o indivíduo e a massa, e que tende a criar a partir do trabalho, a dimensão do “homem coletivo”.

## NOTAS

- 1 Para a cronologia dos *Quaderni del carcere*, além das indicações da edição crítica do Instituto Gramsci, a cargo de V. Gerratana (Turim: Einaudi, 1975), utilizou-se G. Francioni, *L'officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei Quaderni del carcere* (Nápoles: Bibliopolis, 1984); do mesmo autor, *Il ritmo del pensiero in sviluppo: per una lettura diacronica dei Quaderni del carcere*, ensaio apresentado ao Congresso de Estudos Gramscianos, realizado em Pavia, em 17 de outubro de 1991; "Proposte per una nuova edizione dei *Quaderni del carcere*", em *Bollettino IG. Informazioni*, trimestral, a cargo do Instituto Gramsci de Roma, nº 2, 1992, pp. 85-183.
- 2 A. Gramsci, *Lettere dal carcere*, a cargo de A. A. Santucci (Palermo: Sellerio, 1996), p. 248.
- 3 Com referência a esta questão, ver G. Francioni, *L'officina gramsciana*, cit., em especial pp. 77-85.
- 4 *Ibid.*, p. 79.
- 5 Cf. carta de Gramsci à sua cunhada, Tatiana, de 7 de setembro de 1931; em A. Gramsci, *Lettere dal carcere*, cit., em especial pp. 458-459.
- 6 A. Lisa, *Memorie. Dall'ergastolo di Santo Stefano alla casa penale di Turi di Bari*, prefácio de Umberto Terracini (Milão: Feltrinelli, 1973), p. 100. Sobre esse ponto, cf. C. Buci-Glucksmann, *Gramsci e lo Stato* (Roma: Riuniti, 1976), p. 99.
- 7 A. Burgio, "Valorizzazione della fabbrica' e americanismo", ensaio apresentado ao congresso organizado pelo Partido da Refundação Comunista, Turim, dezembro, 1997, gentilmente cedido pelo autor. Nem todas as partes citadas estão incluídas em A. Burgio, "Valorizzazione della fabbrica' e americanismo", em *Gramsci e la rivoluzione in Occidente*, a cargo de A. Burgio e A. A. Santucci (Roma: Riuniti, 1999), pp. 166-186.
- 8 O ponto tratado rapidamente por M. L. Salvadori, *Gramsci e il problema storico della democrazia* (Turim: Einaudi, 1973), p. 179, está também no centro do trabalho citado de Burgio.
- 9 A. Burgio, "Valorizzazione della fabbrica' e americanismo", cit.
- 10 Ver a esse respeito uma nota do *Quaderno 1*, § 92 (retomada sem modificações no *Quaderno 22*, § 5), na qual Gramsci expressa uma avaliação positiva do americanismo em contraposição direta à orientação dada pelos intelectuais gentilianos: "É de surpreender - escreve Gramsci - como não se aplicou ao americanismo a formuleta de Gentile sobre a 'filosofia que não se enuncia em fórmulas, mas se afirma nas ações', ou seja, é significativo e instrutivo, porque se a fórmula tem um valor é, sobretudo, o americanismo que pode reivindicá-lo [...]. Esta contradição pode explicar muita coisa: a diferença, por exemplo, entre ação real, que modifica, essencialmente, seja o homem ou a realidade externa (ou seja, a cultura real), que é o americanismo; e o gladiadorismo canalha que se autoproclama ação, mas modifica tão-somente o vocabulário, não as coisas; o gesto externo, não o homem interior. O primeiro está criando um futuro que é intrínseco à sua realidade objetiva, do qual prefere manter segredo. O segundo cria somente fantoches ridículos em seu figurino retoricamente prefixado, que se precipitando no nada terão cortados os fios externos que lhes dão a aparência de movimento e de vida". Sob a "fórmula" gentiliana, ver também a nota do *Quaderno 1*, § 88. Como observou agudamente Michela Nacci, Gramsci, ao evidenciar as "opiniões críticas sobre a civilização americana, partilhadas por pequenos e grandes intelectuais italianos", teve o grande mérito de esclarecer "uma possível *intelligentsia* europeia daqueles anos"; M. Nacci, *L'antiamericanismo in Italia negli anni '30* (Turim: Bollati-Boringhieri, 1989), p. 15.
- 11 Cf. L. Mangoni, "Il problema del fascismo nei 'Quaderni del carcere'", em F. Ferri (org.), *Politica e storia in Gramsci*, vol. I (Roma: Riuniti, 1977), pp. 391-438; atas do Congresso Internacional de Estudos Gramscianos, Florença, 9-11 de dezembro, 1977.
- 12 A tese mais rigorosa sobre o corporativismo é aquela formulada por Spirito no ensaio apresentado ao II Congresso de Estudos Sindicais e Corporativos, realizado em Ferrara, 5-8 de maio de 1932. Cf. V. Spirito, *Il corporativismo* (Florença: Sansoni, 1970), pp. 356-357. Cf. também F. De Felice, *Introduzione e note a Antonio Gramsci. Quaderno 22. Americanismo e fordismo* (Turim: Einaudi, 1978), pp. 51-52, onde é citado um longo trecho do ensaio.
- 13 Cf. F. De Felice, "Rivoluzione passiva, fascismo, americanismo in Gramsci", em *Politica e storia in Gramsci*, cit., pp. 161-220.
- 14 Entre o material bibliográfico do cárcere de Gramsci foram conservados todos os fascículos editados até 1933 e mais três fascículos de 1935.
- 15 *Quaderno 6*, § 82, p. 753.
- 16 A esse propósito, me parece significativa uma nota do *Quaderno 22*, § 2, p. 2.147: "Todavia, ainda que o desenvolvimento seja lento e marcado pela cautela, não se pode dizer que o elemento conservador, a parte que representa a velha cultura europeia, com todos os seus estratos parasitários, seja antagônico (desse ponto de vista, é interessante a tendência representada pelas revistas *Nuovi Studi*, *Critica fascista* e pelo *Centro de Estudos Corporativos* (ligado à Universidade de Pisa)".
- 17 Cf. *Quaderno 6*, § 82, p. 753.
- 18 Ver *Quaderno 15*, § 59, p. 1.824.
- 19 *Ibid.*, § 35, pp. 1.781-1.792.
- 20 Na realidade, a sugestão corporativa surge na Itália a partir de fins de 1923. O primeiro número da revista de Rossoni, *La Stirpe*, mostra um artigo de Sergio Panungio que solicita a imposição - através de lei - do monopólio das corporações fascistas: "Se não me engano, as moedas de duas liras apresentam o emblema do *fascio* [...] Que maravilha se o sindicato fascista fosse estendido a todos [...] Exijamos o sindicato único e ligado ao Estado"; *La Stirpe*, dezembro de 1923, citado em A. Lyttelton, *La conquista del potere. Il fascismo dal 1919 al 1929* (Bari: Laterza, 1974), pp. 497-498.
- 21 *Quaderno 22*, § 6, p. 2.155.
- 22 *Ibid.*, pp. 2.157-2.158.
- 23 F. De Felice, *Introduzione e note a Gramsci, Quaderno 22. Americanismo e fordismo*, cit., p. 55.
- 24 *Quaderno 8*, § 236, p. 1.089.
- 25 *Quaderno 22*, § 14, p. 2.176.
- 26 *Quaderno 10*, § 9, p. 1.228.
- 27 Cf. L. Paggi, "Introduzione" a M. Adler, *Il socialismo e gli intellettuali* (Bari: De Donato, 1974).
- 28 *Quaderno 22*, § 6, p. 2.158.
- 29 *Ibid.*, § 1, p. 2.140.
- 30 *Ibidem*.
- 31 Cf. *Quaderno 13*, § 14, p. 1.576.
- 32 Refere-se à nota do *Quaderno 8*, § 236, cit.
- 33 Refere-se à nota do *Quaderno 10*, § 9, cit.
- 34 *Quaderno 15*, § 62, p. 1.827.
- 35 L. Paggi, "Antonio Gramsci l'inattuale", em *Il manifesto*, Roma, 27 de abril de 1997.



- <sup>36</sup> Cf. M. Telò, “Note sul futuro dell’Occidente e la teoria delle relazioni internacionais”, em *Gramsci e il Novecento*, vol. I, a cargo de G. Vacca (Roma: Carocci, 1999), pp. 52-53. Atas do Congresso Internacional de Estudos Gramscianos, Cagliari, 15-18 de abril de 1997.
- <sup>37</sup> *Quaderno* 22, § 15, pp. 2.178-2.179.
- <sup>38</sup> *Quaderno* 10, § 36, pp. 1.281-1.282.
- <sup>39</sup> Cf. *Quaderno* 22, § 11, p. 2.165.
- <sup>40</sup> M. Montanari, “Dall’individualismo all’economia programmatica. La riflessione di Gramsci intorno all’americanismo”, em *Europa/Europe*, nº 3, 1999, p. 190.
- <sup>41</sup> *Quaderno* 22, § 13, pp. 2.173-2.174.
- <sup>42</sup> *Ibidem*.
- <sup>43</sup> *Quaderno* 22, § 11, p. 2.165.
- <sup>44</sup> *Quaderno* 6, § 75, p. 753.
- <sup>45</sup> F. Izzo, “Gramsci interprete del moderno”, em *Studi filosofici*, nº 8-9, 1986, p. 198.
- <sup>46</sup> Ligada ao fenômeno do industrialismo, observa Gramsci, a “tendência ao conformismo no mundo contemporâneo [é] mais extensa e mais profunda do que no passado” (*Quaderno* 7, § 12, p. 862).
- <sup>47</sup> *Quaderno* 7, § 12, p. 861.
- <sup>48</sup> *Ibid.*, p. 862.
- <sup>49</sup> A esse propósito, ver a nota exemplar, “‘Animalità’ e industrialismo”, em *Quaderno* 22, § 10, pp. 2.160-2.161.
- <sup>50</sup> *Quaderno* 7, § 12, p. 862.
- <sup>51</sup> *Ibid.*, pp. 862-863.
- <sup>52</sup> *Ibid.*, p. 863.
- <sup>53</sup> A. Burgio, “‘Valorizzazione della fabbrica’ e americanismo, cit.
- <sup>54</sup> *Quaderno* 22, § 2, p. 2.145.
- <sup>55</sup> G. Sapelli, “Una riflessione sul capitalismo della globalizzazione: rileggendo Americanismo e fordismo”, em *Gramsci e il Novecento*, cit., p. 78.
- <sup>56</sup> Cf. *Quaderno* 22, § 6, p. 2.157. Esse é um ponto extremamente importante como base da reflexão sobre a crise do Estado moderno e da teoria da hegemonia. Como Gramsci escreve em uma nota do *Quaderno* 10, o ingresso de grandes massas na vida estatal - e em 1929, após a *Concordata*, com a entrada em massa dos católicos - “tornou muito mais difícil a obra de ‘transformismo’ das novas forças de origem democrática”. O que “colocou o problema da educação da classe dirigente não em termos de ‘sociedade civil’ educadora, ou seja, de uma educação por iniciativa ‘privada’, que entra em concorrência com outras iniciativas e com a alternativa católica, que agora ocupa grande espaço e desfruta de condições especiais” (*Quaderno* 10, § 13, p. 1.251). A incompreensão do problema por parte da classe no poder e de seus aliados, Gentile e os corporativistas, impede “que se forme uma unidade ético-política na classe dirigente”, ameaçando “protelar ao infinito a solução do problema da ‘autoridade’, ou seja, do estabelecimento através do consenso da direção política por parte dos grupos conservadores” (*Quaderno* 10, § 13, p. 1.253).
- <sup>57</sup> F. Izzo, *op. cit.* Sobre esse tema, cf. C. Mancina, *Individualità e conformismo*, ensaio apresentado ao Congresso Moral e Política em Gramsci, realizado em Roma, de 24 a 26 de junho de 1987, organizado pela Fundação Instituto Gramsci, com a síntese do ensaio publicada no *Rinascita*, nº 30, 1987, pp. 21-22.
- <sup>58</sup> *Quaderno* 22, § 2, pp. 2.146-2.147.
- <sup>59</sup> *Ibid.*, p. 2.146.
- <sup>60</sup> *Quaderno* 6, § 10, p. 692.
- <sup>61</sup> Cf. B. de Giovanni, “L’organizzazione dei poteri”, em *Europa/Europe*, nº 4-5, 1998, pp. 49-50. Sobre a crise do Estado-nação, cf. F. Izzo, “Gramsci interprete del moderno”, cit., G. Vacca, *Appuntamenti con Gramsci. Introduzione allo studio dei “Quaderni del carcere”* (Roma: Carocci, 1999), pp. 173-205. Sobre a relação Grande Guerra-crise do Estado/nação, ver o ensaio de M. Montanari, “Crisi dello stato e crisi della modernità. Gramsci e la filosofia politica del Novecento”, em *Gramsci e il Novecento*, cit., em especial às páginas 26-28.
- <sup>62</sup> Dizendo mais claramente, à afirmação progressiva de “elementos sociais de formação nova” que, anteriormente, não tinham “voz ativa” e que, pelo fato de se unirem, modificaram a estrutura política da sociedade. Cf. *Quaderno* 15, § 47, p. 1.808.
- <sup>63</sup> Cf. G. Ferroni, “Il pensiero de Gramsci e le modificazione dei modelli intellettuali nel Novecento”, em *Gramsci e il Novecento*, cit., p. 41.
- <sup>64</sup> Cf. *Quaderno* 10, § 41, I, p. 1.294.
- <sup>65</sup> Cf. *Quaderno* 12, § 3, p. 1.551.
- <sup>66</sup> Sobre a reelaboração do *Ordine Nuovo* nos *Quaderni*, ver *Quaderno* 1, § 61, p. 72 e *Quaderno* 9, § 67, pp. 1.137-1.138.
- <sup>67</sup> *Quaderno* 7, § 12, p. 863.
- <sup>68</sup> Cf. *Quaderno* 11, § 12, p. 1.386.
- <sup>69</sup> Cf. *Quaderno* 12, § 3, p. 1.551.
- <sup>70</sup> Cf. *Quaderno* 16, § 9, pp. 1.862-1.863.
- <sup>71</sup> *Quaderno* 3, § 119, p. 387.